

ACPO
Associação de Combate aos POPs
Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional
CGC: 00.034.558/0001-98

Ao
Ministério Público Federal
Ilmo Sr. Procurador Federal da República
Dr. Antônio José Donizzete Molina Daloia

C/C: Dra. Liliane Garcia Ferreira

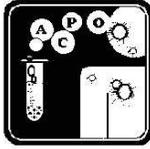
REPRESENTAÇÃO
13122001

Prezado Sr. Procurador Federal da República

Vimos mui respeitosamente pela presente, trazer algumas considerações sobre o grande problema de saúde pública advindo da exposição urbana aos organoclorados na Baixada Santista, criado pelos despejos clandestinos patrocinados pela empresa Rhodia S.A. – Usina Química de Cubatão, então subsidiária do Grupo estatal francês Rhône-Poulenc, hoje denominada Rhodia Brasil Ltda.

A história da contaminação por organoclorados na região da Baixada Santista tem seu início em 7 de junho de 1965, com a constituição jurídica da empresa CLOROGIL S. A. – Indústrias Químicas, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no dia 21 do mesmo mês. A empresa foi criada para funcionar por tempo indeterminado, tendo na sua composição acionária 50/50, de um lado a CARBOCLORO S. A., e de outro a PROGIL S.A. – Société Anonyme (Paris, França).

Cubatão 1966, a CLOROGIL da partida na unidade fabril do pesticida pentaclorofenol e compostos, denominada “PENTA”, a instalação desta



ACPO
Associação de Combate aos POPs
Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional
CGC: 00.034.558/0001-98

fábrica ocupava espaço dentro da fábrica da CARBOCLORO, onde hoje está erguido o prédio da oficina mecânica. Possivelmente neste local deverão ser encontrados traços significativos de resíduos “acidentalmente” vertidos da fabricação do pentaclorofenol.

Em 1978, por pressão da sociedade civil organizada contra esta fábrica do PENTA (que logo ficou conhecida como fábrica do “pó da China”, devido ao acidente fatal com operários no porto do Rio de Janeiro, ao manipularem carga de pentaclorofenol vindo da China), a Justiça manda fechar a unidade do PENTA em Cubatão, tendo verificado os graves problemas de saúde que atingiu os trabalhadores daquela unidade fabril.

A PROGIL funde-se ao Grupo Rhône-Poulenc em diferentes fases entre 1969 e 1975 (nominalmente em 1972) quando o governo francês tendo a frente o presidente Georges Pompidou fez através da Rhône-Poulenc a reestruturação de toda a indústria química francesa. Apesar desta reorganização a Rhône-Poulenc continuava estatal em 1982. François Mitterrand tendo assumido a presidência da França, inicia em 1986 um processo de privatização que é finalizado somente em 1993.

Enquanto em 1969, na França a PROGIL inicia a sua fusão com a Rhône-Poulenc, no Brasil a empresa PROGIL torna-se a sócia majoritária da CLOROGIL, que passa ter a seguinte composição: PROGIL S. A. 50% – COLORES HOLDING 40% e CARBOCLORO S.A 10%.

Em abril de 1970, a CLOROGIL, apresenta estudos realizados pela empresa SERET S.A. Engenharia, sobre a viabilidade econômica para instalação de uma fábrica de solventes clorados na cidade de Cubatão e relata que na implantação da unidade fabril contará com um novo acionista que deterá 50% das ações, esta seria a UNIPAR. O projeto tem a marca a PROGIL, que por sua vez, receberia a quantia de 350.000 mil dólares americanos, pelo licenciamento e assistência técnica.

Em 1974, a CLOROGIL S.A. - Indústrias Químicas, ainda tendo como acionista a PROGIL, que por sua vez agora, pertence ao Grupo Rhône-Poulenc, representada no Brasil pela Rhodia S.A., da partida na unidade



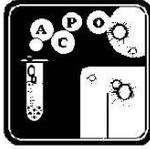
ACPO
Associação de Combate aos POPs
Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional
CGC: 00.034.558/0001-98

de fabricação de solventes clorados em Cubatão, a saber: o tetracloreto de carbono (CCl_4), substância utilizada durante algum tempo em extintores de incêndios, posteriormente proibido devido aos tóxicos mais perigosos que eram formados durante o combate ao incêndio. Também largamente utilizado como matéria prima na fabricação do gás Freon, conhecido agressor na destruição da camada de ozônio, bloqueadora dos raios solares ultravioleta, raios conhecidos como causador do câncer de pele, enfermidade que infelizmente está em grande ascendência entre as populações onde a camada foi mais afetada. E o tetracloroetileno (C_2Cl_4), comercialmente conhecido como percloroetileno potente desengraxante de metais, principalmente na indústria automobilística e agente na lavagem de roupa a seco em lavanderias. Recentemente, a ACPO se manifestou sobre a consulta pública realizada pela ANVISA (anexo 1), a cerca da proibição do uso do percloroetileno em lavanderias. Esta unidade de solventes clorados da Rhodia era denominada “TETRAPER”.

Desta fabricação, que operou entre os anos de 1974 e 1993, gerou-se algo estimado em torno de 20 mil toneladas de resíduos compostos de C_6Cl_6 , C_4Cl_6 , C_2Cl_6 , C_2Cl_4 etc. (estimativa anexo 2), que foram totalmente dispostos sob o solo ou enterrados. Esta disposição irregular de resíduos, direto no solo leva a se estimar que existam ainda algo superior a 300 mil toneladas de solo contaminado. Os despejos podem ser divididos em três grandes fases, a saber:

- 1^a) Disposição de resíduos tóxicos dentro da fábrica, eram enterrados no morro ao lado dos tanques de estocagem de propeno e na área onde se encontra edificado as instalações do SINCRE – Sistema de Incineração de Resíduos, nestes locais foram dispostos em cavas abertas até o ano de 1976 (anexo 4);

- 2^a) **A partir do ano de 1977, até aproximadamente 1981, a empresa já sob controle total do Grupo Rhône-Poulenc, este por sua vez, ainda sob a tutela do Governo Francês, através da subsidiária Rhodia S. A. (anexo 3), começa recolher os resíduos tóxicos em caçambas e despejar no meio ambiente á céu aberto, em diversos pontos fora da fábrica. Foram encontrados**



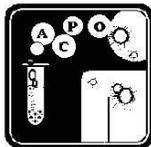
ACPO
Associação de Combate aos POPs
Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional
CGC: 00.034.558/0001-98

resíduos tóxicos desde a cidade de Cubatão até a cidade de Itanhaém cerca de 80 Km do ponto de origem, onde era oferecido como adubo, e até hoje pairam dúvidas sobre a existência de outros lixões clandestinos da Rhodia na Baixada Santista, se concretizando como um dos maiores crimes ambientais do nosso planeta.

- 3^a) A partir de 1982 até meados de 1993 os resíduos passaram a ser drenados em tambores de 300 Kg e estocados sobre o mesmo morro de antes, ao lado da estocagem de propeno, estes tambores com o tempo se oxidavam totalmente e o resíduo escorria integralmente para o solo. Sendo que a partir de 1988, os tambores provenientes da produção do TETRAPER, passaram a ser diretamente triturados e incinerados.

A empresa Rhodia tem imputado a culpa dos despejos irregulares de resíduos tóxicos na Baixada Santista à empresa CLOROGIL, mas bem sabemos que já desde 1969, o dedo poderoso da estatal Rhône-Poulenc pesava sobre o consórcio CLOROGIL, isso muito antes da entrada em operação da unidade do TETRAPER, prova disso, também é o holerite e os crachás com símbolo da matriz francesa Rhône-Poulenc, utilizado pela subsidiária Rhodia no Brasil até o final da década de 90 (anexo 3). Desta forma está bem caracterizado a responsabilidade da Rhodia e do Governo Francês, em todo o processo de contaminação ambiental e humana na região da Baixada Santista.

Pressionada pelo órgão ambiental, a Rhodia em meados da década de 80 inicia a retirada dos resíduos das áreas contaminadas e passa estocar em São Vicente na chamada estação de espera, que é um aterro projetado para receber 12 mil toneladas de resíduos, e que atualmente encontra-se absurdamente com 33 mil toneladas (mais um crime). A partir de 1988 a produção de resíduos da fábrica do TETRAPER, passou a ser incinerada na unidade do SINCRE (que havia iniciado suas atividades operacionais em meados de 1987), juntamente com o material contaminado vindos da estação de espera em São Vicente. A este material trazido de S.V. para incineração, acrescentava-se aproximadamente 32 tambores de resíduos com 300 Kg cada, metade vindos direto da fábrica TETRAPER e metade vindos dos armazéns onde durante algum tempo foram



ACPO
Associação de Combate aos POPs
Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional
CGC: 00.034.558/0001-98

estocados para incineração futura, durante a montagem e testes do SINCRE. Todo este material era misturado, e depois era introduzido em intervalos no forno a 900 e 1100°C.

Para receber as cinzas e a areia provenientes da incineração, foi construído um aterro industrial que pode ser visto na imagem (anexo 4). Neste aterro foi depositado entre os anos de 1987 e 1993 todo material incinerado proveniente do SINCRE, algo em torno de 100 mil toneladas, e que apresentasse no seu resultado de análise uma concentração igual ou menor que **50 ppm** (parte por milhão) de organoclorados, o processo analítico era muito rudimentar, e até hoje colocamos em dúvida a credibilidade desses resultados.

Mesmo a Rhodia tendo firmado alguns acordos com a CETESB, para reparação dos danos causados nas áreas externas (Samaritá, Quarentenário, Itanhaém) e que deu causa a implantação dos projetos ROSE e SINCRE, não se observou o terrível ambiente ainda contaminado, em que se encontravam os trabalhadores tanto na área industrial do TETRAPER, quanto na área do SINCRE, um pequeno erro de cálculo da estatal ambiental CETESB que levou a Justiça interditar totalmente todas as operações industriais de ambas as unidades em 1993.

Não obstante, dos graves erros cometidos e que continuam sendo cometidos pela Estatal do Meio Ambiente CETESB, tais como: das várias vezes que os técnicos do centro de pesquisa de Paulínia da Rhodia vinham acompanhados do pessoal da CETESB, coletar amostra da chaminé do Incinerador Rhodia, em Cubatão, para análises de dioxinas, nunca examinaram as cartas de registro no painel de controle, pois se assim procedessem observariam que em todas às vezes que executaram a amostragem dos gases da chaminé, o forno estava vazio ou com baixíssima carga. Nestas duas situações temos uma amostragem irreal, pois o forno sempre trabalhava abarrotado para atingir os recordes de produção exigidos pela gerência regional.

Tal ambição chegou a ponto de se ver pedaços de madeira e touceiras de gramas saírem do forno a aproximadamente 900 °C sem queimar, tão verdes quanto entraram, paus de madeira apenas chamuscados nas pontas, condições tão insanas que não se enxergava a própria tocha de fogo, normalmente visível pelo visor principal do forno 1. Situações tão sinistras que foi autorizado



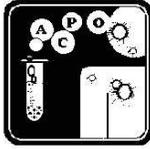
ACPO
Associação de Combate aos POPs
Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional
CGC: 00.034.558/0001-98

pela gerência a instalação de um sistema para burlar o sistema de segurança do forno.

O sistema instalado para inibir a segurança dos fornos 1 e 2, era denominado painel de JUMPs (anexo 5). Os fornos possuíam um sistema de segurança elaborado no projeto original de fábrica, e consistia num sistema de alarmes e intertravamentos, os fornos só permaneciam funcionando e/ou acesos caso todas as condições para uma operação com segurança estivessem asseguradas, mas como era impossível manter os fornos acesos nas condições exigidas pela gerência, então autorizaram a implantação do painel de JUMPs, que mantinha o forno aceso mesmo em condições impróprias.

Dos vários crimes que envolvem o “caso Rhodia” e que continuam sem solução, um em muito se destaca, onde governos, municipal, estadual e federal também têm suas parcelas de culpa, quando permitiram o adensamento populacional no bairro do Quarentenário em São Vicente, até hoje se vê empreendimentos imobiliários próximos ao lixão da Rhodia na área continental de São Vicente, razão de denúncias desta Associação ao Ministério Público Estadual. Vemos que os governos continuam tratando este caso de exposição aos organoclorados com descaso. Pois o governo municipal de São Vicente recentemente tentou desapropriar uma área potencialmente contaminada para instalação de aterro sanitário naquela cidade, e mais recentemente o governo federal está tentando viabilizar a municipalização de áreas federais no Quarentenário. Espera-se que o governo federal entregue as áreas em questão devidamente descontaminadas. Não seja este mais um presente de grego para a população da Baixada Santista, como aquele do projeto Samaritá, onde no final do processo o povo saiu perdendo com o desmonte total do projeto.

Não se sabe que forças estão envolvidas que permite tamanho descalabro, uma população jogada a sorte no meio do resíduo. Há alguns meses atrás estivemos visitando a região do vale dos Pilões em Cubatão e tivemos uma grande surpresa ao ver que a população remanescente do Vale dos Pilões continua consumindo chuchu colhidos naquela região (comprovadamente contaminados - anexo 6), observamos algumas pessoas trabalhando sobre o lixão contaminado com resíduos tóxicos das indústrias de Cubatão, sobretudo resíduos da Rhodia. Não se alongando no comentário foi observado que ainda há um comercio clandestino de areia no local.



ACPO
Associação de Combate aos POPs
Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional
CGC: 00.034.558/0001-98

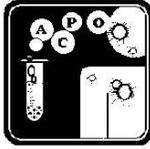
Em 1999, estivemos nas áreas contaminadas pela Rhodia em Itanhaém e foi observado que houve uma retirada superficial dos resíduos de cima do solo, nada mais havia sido feito, a população tinha pouca informação, e até um certo medo de falar sobre o assunto, observamos uma casa muito próxima de um dos despejos com água coletada de poço artesiano.

Sobre a saúde pública temos as tabelas do anexo 7, copiadas do trabalho da Dra. Marcília Medrado - USP, e vemos que há uma maior incidência de câncer na população da Baixada Santista em relação à média do Estado. Segundo informações da própria Dra. Marcília, o índice é alto em toda região, e nota-se que a incidência do câncer aumenta muito à medida que o estudo se aproxima da cidade de Cubatão.

Via das dúvidas consultou-se a FOSP – Fundação Oncocentro de São Paulo, que na página 2 do seu relatório traz uma tabela – *“Incidência de câncer em todas as localizações, exclusive pele, por sexo em 18 municípios do interior do Estado de São Paulo (1991) e no município de São Paulo (1993)”*. Enquanto a média das 18 cidades apresenta **337,1/masculinos** e **282,1/femininos** o município de Santos apresentava a seguinte taxa de **494,8/masculinos** e **365,1/femininos**, e conclui na pág.12:

A **relativamente elevada** incidência de várias formas de câncer em Santos comparada a das outras cidades pesquisadas, **sugere o envolvimento de possível fator ambiental a ser investigado em estudo analítico.** Por outro lado, a similaridade entre as taxas de incidência do município de São Paulo em 1993 e a obtida neste estudo para o conjunto das 18 cidades confirma o acerto da estratégia que vem sendo seguida no Brasil quanto aos registros populacionais de câncer, qual seja, o de eleger como sede de registros determinadas cidades grandes e médias cujas taxas de incidência representem, aproximadamente, o país como um todo. (g.n)

No trabalho da Dra. Agnes Soares da Silva, denominado



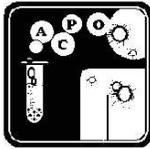
ACPO
Associação de Combate aos POPs
Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional
CGC: 00.034.558/0001-98

“CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL E EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL E URBANA AO HEXACLOROBENZENO NA BAIXADA SANTISTA, SP, BRASIL” (anexo 8), elaborado para o Workshop da UNEP, na Argentina sobre poluentes orgânicos persistentes, cujos dados foram gerados concomitantemente com o projeto Samaritá, quando este ainda funcionava, encontra-se um belo resumo sobre a contaminação humana na Baixada Santista, acompanhado de dados sobre a contaminação encontrada no local de captação da água do rio Cubatão que abastece a ETA, distribuidora da água potável para a Baixada Santista, mostra também a contaminação das leguminosas na região do Vale dos Pilões, na água de poço da região do Quarentenário em São Vicente de espécies aquáticas em Samaritá também em São Vicente, e o mais grave, a contaminação do leite materno e do sangue das pessoas na região continental de São Vicente, daí conclui a mestre e Dra. Agnes Soares da Silva:

“O monitoramento da população envolvida pode fornecer uma medida mais efetiva do real controle das emissões e uma avaliação de risco, baseada em critérios específicos. Como não se pode desativar essa espécie de bomba relógio ambiental, pode-se ao menos estudar seu risco, na tentativa de minimizar seus efeitos. Embora não seja a solução ideal, essa é ainda, a melhor herança que se pode ser deixada às futuras gerações”.

As palavras finais da Dra. Agnes nos forçam a lembrar que os organoclorados, não são apenas carcinogênicos, são também considerados hormônios ambientais, substâncias que se passam por hormônios no organismo humano, conhecidos por interferirem no sistema hormonal dos seres vivos (anexo 9), os cientistas colecionaram um gama de distúrbios na saúde humana, além do câncer, que são atribuídas aos interferentes hormonais, problemas relacionados ao: fígado, rins, tireóide, imunológico, pele, reprodutivo, comportamento, etc. Os cientistas têm centrado sua atenção aos problemas que estes interferentes hormonais tem trazido ao mimetizarem o estrógeno feminino durante a gestação, pois eles relacionaram o problema a má formação dos órgãos sexuais dos fetos.

A Engenheira Fernanda Giannasi, Auditora Fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego, em laudo de perícia realizada no ano de 2001, na

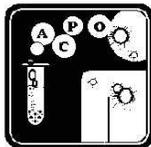


unidade química da Rhodia em Cubatão, ressalta:

“Evidencias científicas (in vivo e in vitro) relatadas e muito bem descritas na literatura médica especializada demonstraram que exposições aos POPs, resultam em aumento de incidência de tumores e cânceres nas populações (haja vista o caso do acidente em Seveso/1976 resultante do vazamento de dioxinas na atmosfera e contaminando toda uma região), bem como provocam alterações hormonais (por isto também são conhecidos como interferentes hormonais) e disfunções da tireóide, inclusive a feminilização dos machos e masculinização das fêmeas, mal formações congênitas, diminuição do período de lactação de mães amamentando, doenças como endometriose, aumento da incidência de diabetes, infertilidade ou baixa da fertilidade, distúrbios mentais e alterações neuro-comportamentais (tais como desordem de aprendizagem e mudanças de temperamento, do humor, aumento de irritabilidade) e causam depressão no sistema imunológico humano, baixando a sua resistência”.

“Também está muito bem descrito o longo período de latência para que muitas destas patologias se manifestem, o que significa dizer que os efeitos da exposição aos POPs podem ser tardios”. - “Por isto, entre outras questões, além de não haver limites seguro para a sua exposição, pois os organoclorados persistentes são tóxicos em quaisquer níveis, sendo capazes de se acumularem nos tecidos dos organismos vivos...”

Também recentemente, pudemos ler sobre os efeitos nefastos recaídos sobre a atual geração vietnamita do pós-guerra. Estimativas dão conta que 300 mil crianças nasceram aleijadas e retardadas até chegar o câncer e outras doenças, vinte e cinco anos separam estas vítimas, da pulverização de milhares de



ACPO
Associação de Combate aos POPs
Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional
CGC: 00.034.558/0001-98

toneladas de organoclorados patrocinada pelo exército americano sobre o território vietnamita, o nefasto desfolhante denominado agente laranja.

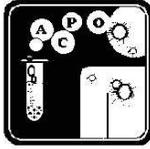
Questões importantes surgem sobre a população da Baixada Santista, sobretudo aqueles grupos que residiram ou residem próximo às áreas mais afetadas pelos tóxicos organoclorados. Estarão sujeitos as mesmas desgraças evidenciadas na população do Vietnã? Se não, qual as doenças que inevitavelmente estarão sofrendo ou qual o custo que recairá sobre as futuras gerações? Com certeza não se tem notícia que existam respostas para estas questões, mas se transportarmos o quadro encontrado nos trabalhadores da Rhodia para a população exposta, concluímos que algo de sério deve estar ocorrendo.

Mais recentemente a população do Quarentenário em São Vicente teve a honra de ser agraciada com mais uma tese de mestrado da Ilma. Sra. Andressa Turcanel Alves Boligian, datada de 1999, sob o título **“PROBLEMAS DE SAÚDE NO BAIRRO QUARENTENÁRIO – SÃO VICENTE (SP): UMA QUESTÃO DE POLUIÇÃO AMBIENTAL?”** Foi examinada em 25 de janeiro de 2000, alcançando nota 10 (anexo 10).

O trabalho é muito bom, e traz um capítulo inteiro sobre – **“PROBLEMAS DE SAÚDE E A INTERFACE COM A POLUIÇÃO DOS SOLOS E A QUALIDADE DE VIDA”**. Destacamos apenas duas passagens preocupantes da conclusão da autora, temos:

“Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a existência de poluição química afeta a qualidade de vida no bairro, já deficitária. Essa poluição foi espacializada e os resultados mostraram que ela é dinâmica e está sob muitas casas, embora não possa ser vista pelos moradores”.

“Assim, a população do bairro Quarentenário corre risco de intoxicação por produtos químicos organoclorados”.



ACPO
Associação de Combate aos POPs
Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional
CGC: 00.034.558/0001-98

Dito estas coisas e levando em consideração que a Organização Mundial de Saúde, OMS, define saúde como sendo “*Estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades*”, sabedores que temos um grave problema de saneamento básico em nosso país e que afeta também a região do Quarentenário em São Vicente com reflexos na saúde pública, e que absurdamente está sendo agravada pela poluição química patrocinada pela multinacional francesa Rhône-Poulenc no final da década de 70 e início da 80.

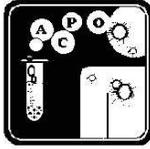
Assim nos alinhamos às conclusões dos profissionais de Saúde supra citados, a situação das populações envolvidas na contaminação por organoclorados, da região dos Pilões e os ribeirinhos dos Rios em Cubatão que durante anos consumiram peixes contaminados por resíduos organoclorados, os moradores da área continental de São Vicente e Itanhaém, estão num completo “Deus Dará”, as autoridades públicas tratam a questão com descaso, e aquele povo segue por destino incerto.

Salutar registrar, que sequer citamos o exelente trabalho científico desenvolvido no Vale dos Pilões e na população de crianças ribeirinhas aos rios de Cubatão, e que também ilustra a contaminação por organoclorados na Baixada Santista.

Posto estas coisas, que há tempos deixa indignadas as pessoas de bem em toda Baixada Santista, vimos mui respeitosamente a presença do Ilustríssimo Procurador Federal da República requerer ao Ministério Público Federal, o que se segue:

- A) Seja proposta Ação Civil Pública, contra a empresa Rhodia Brasil Ltda, por ter exposto e contaminado a população urbana na região da Baixada Santista, e contra a União pelo descaso dos governos, federal, estadual e municipal.

- B) Seja notificado o Governo Francês da sua co-responsabilidade pela contaminação humana na Baixada Santista, uma vez que a empresa Rhodia não



ACPO
Associação de Combate aos POPs
Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional
CGC: 00.034.558/0001-98

mais pertence ao Grupo Rhône-Poulenc, uma empresa estatal francesa á época do crime noticiado.

- C) Seja proposto a condenação dos Réus com pagamento de indenização e às seguintes obrigações de fazer:
- 1) Providenciar a retirada imediata de todas as pessoas das áreas de influência da contaminação tóxica, acentando-os em local seguro longe da exposição.
 - 2) Patrocinar imediatamente o levantamento quantitativo de toda população contaminada por estas substâncias na Baixada Santista, sobretudo aquelas moradoras na área continental de S.V, Pilões e ribeirinhas em Cubatão, e Intanhaém.
 - 3) Montar um completo centro de pesquisa, monitoramento e tratamento na Baixada Santista, para acompanhamento das pessoas contaminadas por organoclorados por um período não inferior a 100 anos e em quanto persistir a contaminação ambiental e humana que deverão apresentar níveis zero de contaminação, além dos efeitos nocivos se mostrarem bem definidos, que estão controlados.
 - 4) Próximo de cada área de acentamento deverá haver um posto avançado para atendimentos de rotina, sendo os casos mais graves encaminhados ao centro de tratamento.
 - 5) Uma verba será destinada para formação e manutenção de uma comissão de médicos e interessados indicados pelo MPF, com a incumbencia de fiscalizar todo o processo a fim de garantir o cumprimento do exigido.



ACPO
Associação de Combate aos POPs
Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional
CGC: 00.034.558/0001-98

D) Seja verificado pelo Ministério Público Federal a responsabilidade criminal, de todos atores envolvidos no “caso Rhodia”, pois é inconcebível que estas coisas se arremem por anos sem solução, é inadmissível até este momento, que a Rhodia com sua conhecida influência continue como se comprasse facilidades, a fim de postergar sua responsabilidade.

O exigido, muito provavelmente não evitará a doença advinda da contaminação, mas com certeza amenizará a dor dos que hoje sofrem, e com certeza aliviará os impactos profundos que poderão surgir nas futuras gerações.

Termos que P.
Deferimento
Santos, 13 de dezembro de 2001.

Jeffery Castelo Branco
Diretor Presidente

Marcio Pedroso
Diretor de Metais Pesados



ACPO
Associação de Combate aos POPs
Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional
CGC: 00.034.558/0001-98

Francisco Alves de Moura Filho
Diretor Tesoureiro

João Carlos Gomes
Diretor de Comunicação

José de Souza Barbosa Filho
Diretor de Patrimônio